

1 Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS  
2 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM  
3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'B' - Palácio das Araucárias  
4 CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná  
5



6  
7 **Assembleia Ordinária**  
8 **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher**  
9 **CEDM/PR 22/04/2015**  
10

11  
12 °Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de 2015, às 8:30min, em primeira convocação, no auditório  
13 do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS, sita no Palácio das  
14 Araucárias, a rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início à  
15 Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher- CEDM, referente ao mês de abril/2015.  
16 A abertura desse evento esteve a cargo da Presidente do Colegiado, Conselheira Rafaela M. Lupion Mello,  
17 representante da Casa Civil, que saudou todos os presentes. Na sequência, a palavra foi transferida para o  
18 Coordenador da Unidade Técnica de Garantia de Direitos e Cidadania, Leandro Nunes Mueller (da SEDS),  
19 que fez um apanhado geral sobre os encaminhamentos das Conferências Municipais, a serem  
20 operacionalizadas pelos Escritórios Regionais. Além disso, a próxima tarefa é construir uma proposta de  
21 regulamento para a IV Conferência. Passou-se para a leitura do decreto publicado no DIOE nº61, de 31 de  
22 março/2015, que convoca a conferência Nacional de Políticos para as mulheres. Tema: “ Mais direitos,  
23 participação e poder para as Mulheres” - Data:15 a 18/03 de 2016. Para conhecimento, foram lidos os eixos  
24 temáticos e também foi considerada a possibilidade de realizar a Conferência Estadual em Curitiba, em  
25 novembro. A esfera Nacional definiu a abertura para se ter Delegados como também Delegadas, fato esse  
26 que terá de ser trazido para Comissão da Conferência. Na sua função, a Conselheira Presidente Rafaela  
27 Lupion Mello comunicou que proximamente esse Colegiado irá contar também com as atividades das  
28 Comissões. Até que sejam efetivados alguns ajustes legislativos, a sugestão foi de Seguir essa reunião  
29 conforme a pauta. Outrossim a FETAEP estará designando novo representante. **°Em votação- Aprovado**  
30 **por unanimidade** Seguindo as normativas a Presidência solicitou que as Conselheiras e Ouvintes  
31 presentes procedessem a sua auto-apresentação, visando a conferência do quórum. Estiveram presentes  
32 as Conselheiras Regina B. Bley (SEJU), Carmem Cristina Zadra (SEDS), Eunice V. Bonane (SESP),  
33 Jussara Ribeiro (SEAB), Agelina N. Balaguer (SEEC), Melissa C. Bello (SEED), Viviane A. R. Santos (SETI),  
34 Marli Vaz Mussulini (SEDS), Rafaela Lupion Mello (Casa Civil), Danielle Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS),  
35 Marilda Almeida (Assessoria da Deputada Mara Lima), Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP), Eliana Maria  
36 dos Santos (CUT), Anacelie de A. Azevedo (SINDIPETRO-PR/SC), Josiane Ferreira Liz (Federação das  
37 Mulheres do Paraná), Maria Lucia Gomes (ASSEMPA), Camila M. Daltoé (Ministério Público-NUPIGE),  
38 Daniela Ballão Ernlund (OAB/PR), Mariana Bazza (MP-NUPIGE) Delcineia Serconhuk (FETAEP). Na  
39 sequência, a Conselheira Eliana M. Dos Santos (CUT) desejou propor que o item referente à Marcha das  
40 Margaridas fosse abordado na próxima reunião, quando poderá trazer os materiais da CUT- **APROVADO**.  
41 Consciente da sua responsabilidade, a Coordenadora da Política da Mulher (SEDS), Terezinha B. Pereira  
42 Ramos relatou que na Conferência passada utilizou-se de uma estratégia que foi trabalhar com as

Ata da reunião ordinária de Abril - Publicada no DIOE nº 9502 DE 28/07/2015

43 Associações de Municípios. Muitos dos Municípios são de pequenos portes e enfrentam dificuldades, assim  
44 após esses contatos, 75% dos Municípios paranaense participaram das Conferências. Iniciava-se pelo  
45 Município –polo e expandia para os demais, com resultados mais do que positivos. Mesmo assim, na  
46 Conferência anterior, não foi possível o encaminhamento de Delegados. Ao ser lida a pauta, a Conselheira  
47 Regina Bley (SEJU) sugeriu uma inversão pois não haverá uma apresentação por parte da SEJU e sim um  
48 relatório, colocando-o antes da minuta da proposta de alteração da Lei- **Aprovado**. Contando com a  
49 atenção do plenário, a Presidente do CEDM, Conselheira Rafaela Lupion Mello repetiu que as Comissões  
50 desse Colegiado precisam ser paritárias, assim é necessário que proceda da ALEP, quais são as pastas que  
51 comporão esse Conselho e a Sociedade Civil estará encaminhando novas representações. **°Apreciação da**  
52 **Ata anterior-** março/2015. Nesta esteira, as Conselheiras avaliaram que esse documento estava muito  
53 sucinto, com a falta de muitas discussões e propostas, Sendo assim, as Conselheiras foram instadas a  
54 encaminhar as suas contribuições para a Secretaria Executiva. Dirigindo-se ao plenário, a Conselheira  
55 Maria Lúcia Gomes (ASSEMPA) desejou registrar a sua contrariedade, devido ao fato de não ter recebido a  
56 convocação que considerou ter sido enviada em cima da hora. Colocou ainda que o horário estabelecido  
57 para o início das reuniões não é respeitado, obrigando a ocorrer uma espera prolongada, frente a uma porta  
58 fechada. Apontou ainda alguns tópicos que devem ser observados por todas as Conselheiras:- assinaturas  
59 firmadas na listagem de presenças, utilização dos crachás com cores diferentes. (Titular ou Suplente). Já  
60 nos seus pronunciamentos em plenário, as Conselheiras deverão citar o seu nome, bem como a entidade  
61 que representam. Foi também questionado pela representante da OAB, Dra. Daniela Ballão Ernlund, se os  
62 colaboradores também terão direito a crachás. Pontuou a Conselheira Marli (SEDS), que sofreu um atraso,  
63 devido a problemas de saúde. Considerou que a integração é mais do que importante e com muito diálogo,  
64 as demais questões serão resolvidas. Diante dessas ponderações, o Coordenador Leandro Meller (SEDS)  
65 assegurou que esta Secretaria de Estado prepara-se para atender esse Conselho da melhor forma possível,  
66 alinhando as questões com a maior clareza. No que se refere às atas e consequentes encaminhamentos,  
67 parte-se para uma efetiva e célere construção. Agradecendo as sugestões da Conselheira Maria Lúcia, a  
68 Presidente Rafaela L. Mello comunicou que o limite máximo para o início das reuniões será 9:00 horas,  
69 justamente em respeito às Conselheiras que usam a pontualidade como norma. **°Validação da Secretaria**  
70 **Executiva e informes.** Abrindo um espaço, a Conselheira representante da CUT, Eliana Maria dos Santos,  
71 questionou sobre o encaminhamento deliberado por esse Colegiado, quando da realização da última  
72 plenária em 31 de março passado. Trata-se da manifestação contrária à tramitação do Projeto de Lei  
73 n°005.00038.201, que pretende instituir na Capital do Estado do Paraná, a Semana de luta contra o aborto e  
74 o dia Municipal de luta contra o aborto. Diante do exposto, o Coordenador Leandro Meller apontou que os  
75 Conselhos Estaduais na SEDS, estão Vinculados à Diretoria geral, por serem considerados instância  
76 superior. Prontificou-se a descer, e verificar se a referida demanda foi atendida. A Conselheira Maria Lucia  
77 Gomes (ASSEMPA), mostrou interesse em saber de quem é a incumbência de proceder os  
78 encaminhamentos deliberados pelo Conselho. Decisões tem consequências e algumas ações tem prazos  
79 fixados, portanto é necessário que os trâmites sejam céleres. A Discussão foi mediada e a palavra foi dada  
80 à Conselheira Regina B. Bley, representante da Sec. De Estado da Justiça e Direitos Humanos. A Diretora  
81 informou ter sido convocada pelo Sr. Secretário, para participar de reunião, com abordagem das Unidades  
82 Móveis entregues ao Estado. Essa relevante ação, em dezembro de 2013 teve firmado um convênio entre a

83 Política das Mulheres e o Estado, cujo objeto era a operacionalização dessas Unidades Móveis. Com a  
84 redirecionamento de mais uma delas para Curitiba, Região Met. E Litoral a entrega oficial deu-se em  
85 20/03/14. Já de início deparou-se com um sério problema referente à documentação que necessitava de  
86 ajustes. Após cerca de 40 dias de espera, o setor administrativo evidenciou que havia outro erro, dessa vez  
87 relacionado ao número de chassi. Dra. Regina Bley afirmou tratar-se de uma ação nova em todos os  
88 Estados, não havendo diretrizes para a operacionalização, não só da parte técnica mas também no que se  
89 refere aos termos administrativos. Outros Estados, a exemplo da Bahia e Rio Grande do Sul, abriram  
90 licitação, com contratação de pessoal. Deixou ainda claro que no Paraná, o Conselho havia aprovado que  
91 essas ações seriam para 2015 e 2016, para haver tempo de serem ajustadas as questões de ordem  
92 administrativa. Esclareceu que ao final de 2014, a Política da Mulher passou para a SEDS, sendo  
93 necessário solicitar autorização, para que essa pasta seja responsável por esse convênio. Finalmente a  
94 citada autorização foi formalizado em 15 de abril, pois até então a SEDS não detinha nenhuma  
95 responsabilidade e varias providências já estão sendo tomadas. De público, colocou-se integralmente à  
96 disposição, desejando consignar em ata, que reputa-se como sendo de extrema importância, superar com  
97 urgência as dificuldades encontradas nessa operacionalização. Na busca de transformações Sociais, a  
98 Conselheira Eliana Maria dos Santos, representante da CUT, relatou que é participante de diversos  
99 movimentos e tem presenciado inúmeras cobranças, já que as Unidades de Curitiba e Litoral estão em  
100 funcionamento. E as demais? Avaliou que os problemas detectados nos documentos já poderiam estar  
101 resolvidos em 1 mês. É inadmissível que essas Unidades não possam sair das garagens, já que o Paraná  
102 tem um alto nível de Violência. Relembrou a realização do Fórum das Mulheres da Floresta e seria muito  
103 importante ampliar essa ação para os grupos de Quilombolas, Indígenas e Trabalhadores do Campo. O  
104 compromisso é com os Governos Municipais, devendo ser destacados profissionais para as palestras e  
105 exames. Aguarda-se uma resposta pois a proposta nesse momento, é denunciar para o Ministério Público.  
106 Sugerindo que seja elaborado um projeto piloto, a Conselheira Josiane Ferreira Liz, representante da  
107 Federação das Mulheres, colocou que acompanham o ônibus de Curitiba. Considera que existem  
108 Conselhos Atuantes, pessoas capazes, porém o que falta é vontade Política. A Conselheira Anacelie de  
109 Assis Azevedo, representante do SINDIPETRO-PR/SC, também concluiu que essas ações não precisam  
110 aguardar relatórios; a pesquisa é importante, porem diante das condições do Estado, é necessário usar de  
111 urgência para atuar nos 399 Municípios. Posto isso, foi inevitável o posicionamento da Conselheira Regina  
112 B. Bley (SEJU) discordando que tenha havido falta de vontade política, porque se assim fosse o Estado não  
113 teria recebido tal benefício. Garantiu que sempre se posicionou de forma franca e transparente. Poder-se-ia  
114 ter negado e recebeu-se com a convicção de que se implementaria essa política. O poder Público puxou  
115 para si a responsabilidade e tem honrado esse compromisso. Desejou consignar em ata, o fato de que o  
116 Plano Estadual nada mais é do que a materialidade dessa Política Pública, Com relação às Unidades  
117 Móveis, é difícil mesmo essa operacionalização. A começar pelo motorista, se esse profissional for do  
118 Estado, deverá receber diárias e por isso é que se conversava com os Municípios. Mais uma vez, sem  
119 hesitações, pontuou que não foi falta de vontade política; tem-se registrados inúmeros e-mails e apenas  
120 quatro entidades participavam dos movimentos do campo e florestas. A AFPM irá subsidiar o combustível e  
121 já respondendo diversas indagações, replicou: - os ônibus estão no Complexo Médico Penal, devidamente  
122 protegidos. E é nota mentirosa e equivocada a informação de que foram roubados! Detalhando ainda mais,

123 a Conselheira Regina Bley (SEJU) afirmou que doravante as diretrizes serão dadas pela SEDS e assunto  
124 não deverá ser discutido fora da Câmara Técnica. Esse é o espaço exigido por Lei, para enfrentar as  
125 Violências contra as mulheres. Na sua vez, a Coordenadora Terezinha B. Pereira Ramos desejou registrar o  
126 agradecimento da Assessoria de Políticas para as mulheres, dirigido à Dra. Regina Bley, pela sua dedicação  
127 nesses 4 anos que esse colegiado esteve abrigado na SEJU. Relatou ter encaminhado esses dois  
128 Convênios para a Diretoria Geral e toda essa tramitação levará pelo menos um mês. Garantiu já ter lido  
129 várias vezes esse conteúdo, buscando uma solução, bem como efetuar alguns ajustes junto ao Governo  
130 Federal. Planeja também colocar no papel um projeto piloto, visando colocar esses ônibus na estrada.  
131 Abriu-se o BJ e solicitou-se um mapeamento que pontuará o maior índice de Violência no Estado. Já se  
132 visitou o Centro de Referência, na ALEP um trabalho em paralelo a essas tramitações. Na verdade, a maior  
133 prioridade é o enfrentamento à violência contra a mulher no Estado do Paraná. Um contato muito positivo foi  
134 levado a efeito com a Emater, sem dúvida uma grande parceria. Dirigindo-se ao plenário, a Técnica Regina  
135 B. Bley reiterou a sua disponibilidade em contribuir, já que são gestores públicos. Apontou que desde o  
136 primeiro minuto houve um contato com a Emater e Fetaep, grandes parceiras dada a sua Capilaridade.  
137 Repensando os Municípios -pólos, foi constituída uma Comissão visando elaborar um estudo para chegar a  
138 eles, cruzando os indicadores. Nos dias de hoje, com o BJ da violência doméstica, é possível ter uma maior  
139 exatidão. De imediato, a Conselheira Presidente Rafaela Lupion Melo (Casa Civil), garantiu conhecer o  
140 profissionalismo e comprometimento da Dra. Regina Bley, portanto a ela dirigiu os agradecimentos do  
141 Colegiado. Ao mesmo tempo, relatou ter assinado o ofício de apoio à indicação da Dra. Maria Tereza Uille  
142 Gomes, a uma vaga junto ao Conselho Nacional de Justiça. Na sequência, foi a vez da apresentação do  
143 Coordenador Leandro Meller (Garantia de Direitos e Cidadania/SEDS), referente à alteração da Lei Estadual  
144 n°17.504/13. Todos os artigos foram lidos, com as suas respectivas modificações. Mais uma vez a  
145 Presidente Rafele agradeceu, pela forma didática aplicada nessa análise comparativa. A representação do  
146 Ministério Público, Mariana Bazza registrou o trabalho exaustivo realizado. Já o Coordenador Leandro  
147 Meller (SEDS) garantiu que a competência da eleição e o seu Regulamento, caberão ao Conselho através  
148 de uma Comissão Eleitoral. **°Em apreciação – aprovada** a alteração da Lei n°17.504/13, formalizada  
149 através de Deliberação. **Indicação da Comissão organizadora, com a participação de 4 Conselheiros**  
150 **da Sociedade Civil e 4 Governamentais.** -Soc. Civil – ASSEMPA (Maria Lucia) – FETAEP (Maria Marucha)  
151 – CUT (Eliana Santos) – Federação das Mulheres (Josiane) -Poder Público – SESP (Eunice Bonome) –  
152 SEDS (Carmem Zadra) – SESA (Márcia Huçulak) – Casa Civil (Rafaela Mello) -Apoio – Assessoria Técnica  
153 da Unidade de Garantia de Direitos e Cidadania. Apoio Jurídico – NAJ/SEDS 1°Reunião com discussão  
154 prévia e proposta do Regulamento – 15/05 às 9h00, sendo convidados o ministério Público e OAB. Nessa  
155 esteira, o Coordenador UTGD, Leandro Meller pontuou que a SEDS congrega 22 Escritórios Regionais,  
156 através dos quais será possível planejar um levantamento da realidade atual da Política da Mulher. Um  
157 formulário será expedido aos 399 municípios, visando obter esse panorama. **-Em apreciação- Aprovado**  
158 **por unanimidade – Sugestões de pauta para Assembléia de Maio -** 1) Marcha das Margaridas 2)  
159 Unidades Móveis e os itens de praxe – APROVADO °Próxima plenária- 19 de maio – toda 3° terça-feira do  
160 mês. °Palavra das Conselheiras Analice Azevedo (SINDIPETRO-PR/SC) Foi sugerido pela Conselheira  
161 tentar dar continuidade e rever o que foi debatido no Mulher Trabalhadora. Lançando a sua proposta, a  
162 Conselheira Maria Lucia (da ASSEMPA) sugeriu realizar as plenárias no período da manhã, deixando o

163 período da tarde para as Comissões, que tiverem pauta. Segundo a Presidente Rafaela, é fundamental  
164 aguardar a sanção da Lei, para depois convocar a do Regimento. Enquanto isso, as Comissões poderão  
165 dialogar entre si. Numa breve definição, a Conselheira Eunice Vieira Bonome (SESP), colocou que são  
166 diversos os pedidos para que se instalem Delegacias da Mulher nos Municípios, no entanto essa  
167 impossibilidade é clara, devido à falta de servidores. A par disso, as Delegacias existentes não deixam de  
168 atender as questões referentes às mulheres. Já em seguida, a Dra. Regina Bleu (SEJU) transmitiu os  
169 agradecimentos procedentes da Dra. Maria Teresa Uille Gomes, pelo apoio emprestado pelo Colegiado e  
170 entidades, á indicação de seu nome para uma vaga no CNJ. Esses documentos foram todos entregues ao  
171 Procurador Geral, Dr. Rodrigo Janot. °Informes- sábado dia 25/04 é dedicado ao  
172 “ Dia de mobilização para refugiados e migrantes”, população essa composta por um grande número de  
173 mulheres. Campus da Reitoria da Universidade Federal do PR °Informes finais- Secretária Alda. - Ofícios  
174 recebidos- dia 22/04 SEAB – indicação de Conselheiros – Ofício 284 – de 09/04 SEJU- nomeação de  
175 Conselheiros. °E-mails contendo justificativas de ausência vindas das Conselheiras. Rosalina Batista  
176 (ASSEMPA), Fabiana Raque Nogueira (Yle Axé Ópo Omin), Adriane Porto Seus (Secretaria de Esporte e  
177 Turismo) • **Encerramento:** A Presidente Rafaela Lupion Mello encerrou a reunião agradecendo  
178 a presença de todas. A presente Ata foi degravada e redigida por Regina Bley digitada por  
179 Reinaldo Minosso Neto e depois de lida e aprovada, terá anexada à cópia da lista de presenças  
180 assinada pelas Conselheiras presentes na reunião. A Secretária Executiva é Alda Imthurm.